

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

ATA Nº 029

PRESIDENTE - DEPUTADO CARLOS BRITO

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Boa-tarde a todos e a todas!

Início a composição da Mesa para condução desta Audiência Pública, convidando o Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Jesus de Magalhães; o Prefeito de Jangada, Sr. Benedito Paulo de Campos; o Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, Sr. Carlos Alberto Costa; o representante do Prefeito de Várzea Grande, Secretário Jeferson Messias; o Vereador Milton Bruno de Moraes, Presidente da Câmara de Chapada dos Guimarães; o Vereador Hilton Coelho Pereira, da Câmara Municipal de Várzea Grande; o Dr. Diogo Egídio Saques, Diretor Ouvidor da AGER; o engenheiro Jair José Dorigon, Superintendente do IMEQ; o Secretário Executivo do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, arquiteto José Antônio Lemos (PALMAS).

Gostaria que todos estivessem à mesa, mas o espaço físico não nos permite.

Agradeço a presença do Secretário-Adjunto de Desenvolvimento do Turismo, Zito Adrien, a quem convido a compor a Mesa.

Registro a presença do Secretário de Planejamento, Sr. Arnaldo Alves de Souza; Srª Maria Lenice, Coordenadora Administrativa do Distrito Industrial, representando a Secretaria de Indústria, Comércio e Energia de Cuiabá; Sr. Osmar Froner de Melo, Secretário de Planejamento de Chapada dos Guimarães, neste ato representando o Prefeito Gilberto; Srª Cássia Abdala, Diretora do Plano Diretor do IPDU, representando a Primeira-Dama Adriana Bussik; ex-Deputado Amador Tut, prestigiando esta Audiência Pública; Sr. Édio Martins de Souza, Presidente da UCAMB; Sr. José Antônio Pinheiro, representante do Prefeito de Santo Antônio de Leverger; Sr. Jeferson Arruda, Secretário-Adjunto de Trabalho e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Cuiabá; Srª Henriete Inês Carvalho, Secretária de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Santo Antônio de Leverger; Sr. Aurelino Levi Dias de Campos, conselheiro efetivo do Conselho Federal de Economia; Sr. Gilson Ramos Marra, representante do SETROMAT, Sindicato dos Transportadores de Mato Grosso; Sr. Salim Rahal, construtor da Construtora Cedro; Sr. Júlio César Sales Lima, Presidente do SETROMAT; Sr. José Augusto Tenuta, representando o Vereador Luiz Poção; Sr. Nilton César Pereira; Gersino Domingos da Silva, representando aqui a METAMAT; Sr. João de Campos Palma, do MTU de Cuiabá; Sr. Jean M. Van Den Haute, consultor da Associação dos Usuários dos Transporte Coletivo; Sr. Fabrício Rodrigo Barros, Secretaria de Comunicação de Várzea Grande; Sr. Hugo Schener Werle, Gerente Executivo do IBAMA; Sr. Emanuel Bezerra, Secretário-Adjunto de Gestão da Secretaria de Fazenda; Sr. Rogério Barbosa, representando a Secretaria de Transporte Urbano de Várzea Grande; Sr. José Maurício Pereira, Presidente do Bairro Vila Verde; Sr. Claudemir Migorance, assessor da SEPLAN; Sr. Jamilson Adriano de Souza, Presidente do Bairro Nova Conquista; demais companheiros presentes cujos registros ainda não me chegaram. Vejo o Sr. Mauro Marques; a Srª Regina Céli Barroso de Arruda, Secretária Municipal de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Planejamento de Várzea Grande; o Sr. José Alfredo da Costa Marques, Superintendente de Programas Especiais do Estado de Mato Grosso; a Sr^a Sônia Ganegundes, Assessora do IMEQ; a Sr^a Rita de Cássia Chiletto, do Aglomerado Urbano; o professor Juacy da Silva, Diretor Executivo do IPDU da Prefeitura de Cuiabá; o Sr. Lecher Paulo Mendes, Vereador do Município de Jangada.

Agradeço a presença de todos.

Vamos tentar ser bastante práticos aqui na condução desses trabalhos.

Originalmente, enviamos a todos os Srs. Prefeitos e Presidentes de Câmaras - ao menos solicitamos que tal providência fosse tomada - cópia do projeto de lei que apresentamos aqui, na condição de Deputado Estadual, que cria a Região Metropolitana de Cuiabá, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Cuiabá, autoriza o Poder Executivo a instituir a entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Cuiabá.

Além do convite, espero que tenha chegado a tempo para que possam ter dado uma lida.

Na verdade, a apresentação desse projeto, muito mais do que pretender a aprovação do texto que levamos a plenário, é abrir a discussão sobre a primeira Região Metropolitana de Mato Grosso, que será a vigésima sexta, parece-me, em nível nacional. Esses dados precisam ser confirmados.

E o importante é isso. Nós temos, na realidade, dois projetos tramitando aqui na Assembléia Legislativa, apresentados simultaneamente, um de autoria do Deputado Carlos Brito e outro de autoria do Deputado Sérgio Ricardo. O Governo do Estado também vem trabalhando proposta nesse sentido e o nosso objetivo aqui é fazer o debate para que possamos vencer algumas dificuldades que tivemos na implantação, instalação e funcionamento do Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande.

Falando de uma maneira bastante simplória, nós temos o Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande, e a Região Metropolitana é uma ampliação disso para mais municípios, com algumas diferenciações na sua constituição e operacionalidade.

Então, daí, antes de me estender em maiores comentários, eu acho proveitoso que assistamos a uma explanação resumida que o Secretário Executivo do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, arquiteto José Antônio Lemos, um dos profissionais que há muitos anos atuam não só em Cuiabá, como conhece Mato Grosso, principalmente no aspecto do planejamento urbano, uma série de fatores ligados a essa idéia de futuro. Então, o José Lemos é altamente gabaritado para estar conosco dentro dessa discussão. E o José Antonio Lemos é o Secretário Executivo do Aglomerado Urbano Cuiabá e Várzea Grande.

É bom ressaltar que hoje, dia 18 de maio, completamos quatro anos da efetiva instalação do Aglomerado Urbano, a partir da Lei Completar nº 83/01, resultado de um substitutivo que apresentamos aqui na Assembléia Legislativa a uma iniciativa originária do Governo do Estado. E esse Substitutivo é que acabou aprovado, portanto, esta lei tem a participação do Deputado Carlos Brito. Na verdade, precisamos deixar claro, o Deputado Carlos Brito foi o canal de fazer chegar à Assembléia Legislativa um apanhado de contribuições que recebeu de vários setores, de várias pessoas, para dar corpo ao que é o Aglomerado Urbano Cuiabá e Várzea Grande hoje.

E a nossa intenção é que com a Região Metropolitana de Cuiabá o processo seja o mesmo. O importante é estarmos discutindo, esclarecendo bem, não repetirmos alguns erros na concepção e na construção da proposta do Aglomerado Urbano, que é comum, porque era uma experiência inédita, até então, mas acho que agora nós podemos ganhar em tempo, em qualidade na produção desse texto. E penso que os senhores prefeitos, senhores vereadores, as instituições

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

organizadas, os setores organizados da sociedade vão e devem colaborar muito com isso, porque vai impactar, com certeza, na vida de todo mundo e nos seus interesses.

Então eu gostaria, com a anuência dos senhores, de convidar o Secretário José Antonio Lemos, Secretário Executivo do Aglomerado Urbano para que nos faça um breve resumo do que foi o Aglomerado Urbano em termos de resultado nesse período de quatro anos.

Nós vamos perceber que ao contrário do que comumente se diz - ah! O Aglomerado Urbano não saiu do papel -, o Aglomerado não vai sair do papel, quem tem que fazer a execução das políticas que o Aglomerado discuti, encaminha, são os Poderes Municipais e o próprio Governo do Estado. Ele não substitui, como a Região Metropolitana não vai substituir o Estado e nem vai substituir os municípios. Cada qual preserva sua autonomia político-administrativa. Então, essa idéia materializada de ver sair do papel não vai acontecer, nós vamos é perceber os resultados. E nós vamos ver nessa explanação do Zé Lemos de que várias coisas aconteceram nesses quatro anos e que ficaram ao desconhecimento da opinião pública, e até dos agentes públicos. E se concentrou muito nesse período a idéia de que Aglomerado Urbano se resume no item transporte coletivo. E é isso, o transporte coletivo é uma das áreas em que podemos atuar de forma conjunta.

Portanto, eu gostaria que o Sr. José Antônio Lemos fizesse a sua explanação.

Muito obrigado a todos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO LEMOS - Bom, eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa, especialmente o Deputado Carlos Brito, pela organização desta Audiência Pública. Está fazendo quatro anos o Aglomerado Urbano. Eu acho que é uma experiência que precisa e precisava de uma oportunidade como esta para se fazer até uma avaliação, principalmente quando se avalia a perspectiva de um salto qualitativo nesse projeto com a criação da Região Metropolitana.

Nós fizemos um resumo bastante rápido, até porque achamos que a idéia é mais ouvir o debate, ouvir as propostas. Porque, da parte do Governo, o Secretário Yênes Magalhães nos trouxe a orientação, que é no sentido de ouvir, de aproveitar a experiência e as ponderações dos segmentos da sociedade.

Eu quero fazer um pequeno parêntese nessa explanação no sentido de destacar que hoje também seria aniversário de uma das principais personagens históricas do Aglomerado Urbano, que é o Presidente Eurico Gaspar Dutra. Ele estaria fazendo 122 anos. É uma personagem praticamente esquecida, um Presidente da República que não temos nenhuma rua com o seu nome, embora tenhamos a Av. da FEB, que foi criação dele; a Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi o candidato derrotado por ele nas eleições. Mas o Dutra, realmente, eu acho que é importante lembrá-lo neste momento.

Eu queria, em um parágrafo, lembrar que esse Presidente...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - José Lemos, só um momento.

Eu gostaria de convidar o Deputado Eliene para fazer parte da Mesa conosco.

Gostaria de antecipar que o Governador do Estado Blairo Maggi e o Secretário de Esportes - lembra-me aqui o Secretário Yênes - irão reconstruir totalmente o Estádio Dutrinha, que, na verdade, não será nem reformado, e será uma homenagem, então, atendendo a sugestão de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO LEMOS - É uma coisa importante porque o Presidente, embora sendo tão esquecido... Afinal de contas, o principal produto do Aglomerado e da Região Metropolitana é o homem. E nós precisamos lembrar dessa figura porque ele foi o produtor do planejamento no Brasil, que é o que estamos tentando. Ele fez, através do Plano SALTE, famoso Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, introduziu o planejamento no Brasil. Ele construiu e colocou em funcionamento a primeira siderúrgica brasileira, a CSN, as duas primeiras refinarias de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

petróleo, a hidrelétrica de Paulo Afonso. E com essas obras levou o Brasil a revolução industrial. Foi o criador do CNPq, cuja lei é tida como a Lei Áurea da Tecnologia Brasileira, e implantou o tão usado conceito do produto interno bruto, que certamente nós vamos usar muito aqui na Região Metropolitana; pavimentou a primeira grande estrada do Brasil, a atual Via Dutra, que tem o nome dele, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo; construiu o Maracanã; criou a Escola Superior de Guerra, do nosso amigo Juacy, do Levi, que hoje é a principal formação da inteligência estratégica brasileira.

E acho que é um momento oportuno de lembrarmos, por coincidência, cento e vinte e dois anos e quatro anos de Aglomerado Urbano.

Eu queria, então, colocar que quando o conceito de Aglomerado Urbano foi escolhido para denominar essa nossa região de desenvolvimento, foi praticamente no início da década de 90. De lá para cá, as duas cidades, Cuiabá e Várzea Grande, e a região do Vale do Cuiabá, como querem alguns, ou da Baixada Cuiabana, como oficialmente é conhecida, também desenvolveram, em 15 anos aconteceram muitas coisas.

Então, hoje precisamos realmente trabalhar essa compatibilização da realidade física das cidades, do que está acontecendo em termos de desenvolvimento urbano, com a questão institucional da lei que trata ou de Aglomerado Urbano ou de Região Metropolitana. A Constituição Federal prevê para o caso das cidades que conurbam ou que estão integradas que o Estado poderá criar regiões metropolitanas e aglomerados urbanos para o tratamento das questões que são de interesse comum.

Então, vemos com bastante clareza hoje, um primeiro momento, que é fundamental realmente verificarmos essa compatibilidade, essa adequação. Quer dizer, a região desenvolveu, Mato Grosso desenvolveu, eu acho que é o momento oportuno de realmente avaliarmos essa transformação de Aglomerado Urbano para Região Metropolitana.

O Aglomerado Urbano foi criado pela Lei Complementar nº 83, em 18 de maio de 2001 - como o Deputado Carlos Brito colocou, através de uma lei -, e é composto por um Conselho Deliberativo, dez Câmaras Setoriais e uma Secretaria Executiva.

Tem por objetivo a integração, e vem desde a Constituição Federal, as aglomerações urbanas e metropolitanas. Não têm função executiva, têm funções de integração: de integrar o planejamento, integrar as ações, integrar o acompanhamento dos projetos.

Então, essa coisa que o Deputado Carlos Brito colocou de que não saiu do papel é uma coisa que muita gente fala.

De fato, ela tem o objetivo de integrar e, nesse sentido, o Aglomerado Urbano tanto quanto a Região Metropolitana, vêm desempenhando esse papel de integração. Vejo aqui muitos membros das Câmaras Setoriais, que são dez Câmaras, inclusive alguns do ano passado e do ano retrasado, como o Netinho, da Câmara de Agricultura e Abastecimento, que trabalhou nova bandeira nessa Câmara, que ajudou no posto de recepção de embalagem de agrotóxico. Tivemos que brigar muito com os empresários da área dos comerciantes e o representante dos fabricantes.

Aqui tem o Marcos Vinícius, o Rogério Barbosa Gomes, que é também pioneiro na Câmara de Trânsito e Transporte.

Nós temos dez Câmaras: a de Agricultura e Abastecimento, de que falei; a de Educação e Cultura; a de Habitação e Urbanismo; a de Indústria, Comércio e Mineração; a de Meio Ambiente; a de Saúde; a de Serviços Públicos; a de Segurança; a de Trânsito e Transporte; e a de Turismo. Então, vejam a abrangência do Aglomerado Urbano.

Nós trabalhamos com praticamente 120 pessoas, e para o Estado e Municípios até uma mão de obra baratíssima, porque são pessoas, são técnicos que já trabalham nos municípios e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

no Estado. Essas Câmaras têm a obrigação de reunir, pela lei, uma vez por mês. E essa é a nossa grande e principal tarefa como Secretário Executivo: fazer o apoio logístico e permitir que essas reuniões aconteçam.

Antes disso, queria lembrar alguns mitos. Um que sempre passa, além dessa questão de não sair do papel, é a questão de que o Aglomerado é um órgão do Estado. Como a lei define, o Aglomerado é um autarquia de caráter intergovernamental.

O Aglomerado, hoje, é um órgão que é dos Municípios e do Estado. O Estado hospeda através, antes, da Casa Civil e, hoje, da Secretaria de Planejamento, mas a idéia, seguindo inclusive o que determina a própria Constituição Estadual, é da necessidade de ser criada uma autarquia para dar suporte a essa estrutura.

O segundo ponto - era isso mesmo - a questão do papel e de ser do Estado.

Na Câmara Setorial de Agricultura e Abastecimento nós trabalhamos o posto de recepção de embalagem de agrotóxico. E nós tínhamos um problema que passou a ser obrigatório por legislação federal: o consumidor do agrotóxico entregar as embalagens, uma vez feita a tríplex lavagem, para o comerciante ou fabricante que tinha a obrigação de dar a destinação final. Só que, através da regulamentação da lei, foram permitidos aos comerciantes e representantes de fabricantes criarem postos de centrais de atendimento. E o mais próximo aqui do Aglomerado Urbano ficava em Primavera. Essa foi a primeira reclamação dos pequenos produtores aqui da Baixada Cuiabana, através do Conselho lá de Desenvolvimento Rural de Várzea Grande.

Então, desde cedo, começou a trabalhar na criação desse posto. Houve muita, vamos dizer, rejeição inicialmente, mas finalmente foi criado esse posto com uma vantagem. A discussão disso terminou levando a criação de uma fábrica, de uma indústria de reciclagem dessas embalagens. Acho que, mais dias, menos dias, vamos chegar na questão da embalagem do agrotóxico quase igual como está chegando a do alumínio. Quer dizer, o alumínio não chega no chão, porque já tem alguém pegando. E a embalagem do agrotóxico está mais ou menos assim. A demanda por esse produto reciclado é imensa.

Um outro ponto, na Câmara de Agricultura e Abastecimento, foi o Sistema Integrado de Inspeção Sanitária do Aglomerado Urbano em que foi discutido Cuiabá/Várzea Grande. Uma pena que terminamos esse projeto no final do ano passado e ficamos de discutir junto às novas administrações para poder formalizar ou não esse mesmo projeto para levar ao Conselho Deliberativo.

Por fim, com a Central de Abastecimento, o tal CEASA - nós temos um grupo de trabalho para fazer isso -, nós tivemos muitos problemas jurídicos a respeito. Foram solucionados, inclusive, foi criada uma coordenação para esse fim na Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado. E acreditamos que vamos poder deslanchar esse assunto ao longo deste ano.

A Câmara Setorial de Educação e Cultura. Tem algumas Câmaras que, realmente, não conseguiram decolar. A Câmara Setorial de Educação e Cultura foi uma delas. Mas, um assunto que começou a ser estudado foi a revitalização do Clube Náutico, com estudo da situação jurídica daquilo, para ver se podia fazer alguma coisa do tipo Clube Feminino e se pudéssemos no Rio Cuiabá, talvez, criar com a Prefeitura de Várzea Grande, um espelho do Museu do Rio, do lado de Cuiabá. Criar algum tipo de atração, algum tipo de empreendimento do lado de Várzea Grande. É um assunto que precisa ser retomado junto à nova administração.

A Câmara Setorial de Habitação e Urbanismo. Eu preciso ser mais rápido! O sistema cartográfico de informação geo-referenciado parece-me um projeto fundamental, porque Cuiabá e Várzea Grande têm deficiência na questão do mapa, do mapeamento. Cuiabá ainda tem um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

mapa no sistema CAD, mas Várzea Grande não tem ainda. Inclusive, este mapa que está aqui, é muito difícil. Nós não temos esse mapa digitalizado e geoprocessado.

Então, nós entramos em articulação com a Secretaria de Segurança, através do Projeto CIOSP. Descobrimos junto com o Ministério da Justiça. Eles adquiriram o sistema geoprocessado, mas eles precisam atualizar esse sistema.

Então, nós buscamos uma parceria que eles entregassem esse sistema para as Prefeituras, “de graça”, porque as Prefeituras cuidariam desse sistema, integrariam esse sistema e atualizariam. Então, é uma coisa que está em processo de retomada de discussão desse assunto. Eu acho que é um projeto importantíssimo, inclusive, para a Segurança Pública, pois o mapa tem de estar atualizado. Quer dizer, se acontecer um evento, um roubo, um acidente e a pessoa pegar a rua errada, ligar pelo telefone e falar o nome de uma rua que não é aquela que está no mapa, atrapalha tudo e desmoraliza todo o sistema.

A Criação do Corredor Multimodal de Alto Impacto no Aglomerado Urbano seria a extensão do Distrito Industrial, com a adequação de outras atividades até o Trevo do Lagarto. E parece isso uma coisa importante de se tratar logo, porque a ferrovia está chegando aí. Nós temos o gasoduto, nós temos a termelétrica, o Porto Seco, dois aeroportos, o aeroporto internacional, o aeroporto executivo lá do Distrito Industrial e ainda tem o aeroporto de Santo Antônio do Leverger, que é importante se destacar.

A avaliação do Projeto Intercessão da Avenida Dom Orlando Chaves com a Avenida da FEB seria um Corredor Orlando Chaves/Miguel Sutil e a definição da nova cota de inundação do Rio Cuiabá, a partir do momento que foi construído o Manso, porque Manso teve como objetivo cuidar, proteger a cidade contra inundações e isso parece que tem sido feito, mas poderia ou não reduzir a cota de inundação, liberando áreas para o parcelamento ou não. É uma questão que tem que ser discutida, porque as posições são diversas. A Defesa Civil, a própria FURNAS, seguindo exemplo de outros países, não são favoráveis à liberação de novas áreas.

Câmara Setorial de Indústria, Comércio e Mineração:

- organização da extração da argila;
- acompanhamento do Projeto da Ferrovia;
- acompanhamento do Projeto Porto Seco;
- avaliação da possibilidade de reprodução em Várzea Grande da zona de alto impacto, que seria aquele corredor multimodal;

- distribuição de gás, que é um assunto que tem que ser discutido em conjunto, porque é uma fonte de energia, é base de desenvolvimento para os dois municípios, não pode sair capenga;

- criação de aterros industriais terceirizados - nós já tivemos a oportunidade de visitar um dos que estão sendo construídos, com a Câmara de Meio Ambiente, a Câmara de Serviços Públicos, com Cuiabá, Várzea Grande e o Estado.

Câmara de Saúde:

- sistema integrado de verificação de óbitos: esse projeto não avançou;
- ampliação de disponibilidade de leitos no Aglomerado: foi um trabalho na metade do ano passado, que era, basicamente, a retomada das obras do Hospital Central e a construção de hospitais metropolitanos em Cuiabá e Várzea Grande.

Câmara Setorial de Serviços Públicos:

- gestão de resíduos industriais, que é um problema sério; apesar de ter um aterro sanitário, Cuiabá não tem um aterro industrial - agora já tem o terceirizado;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

- gestão de resíduos hospitalares, que é um problema tanto para Cuiabá quanto para Várzea Grande;

- plano integrado de resíduos sólidos do Aglomerado, que me parece que é o caminho que devemos seguir.

Na Câmara de Meio Ambiente e na Câmara de Serviços Públicos, estão caminhando, mais ou menos, olhando essa tendência de se fazer um trabalho integrado, que deve sair mais barato, otimizar custos e melhorar os resultados.

Na Câmara de Segurança, tem um projeto prontinho chamado Projeto Religare, que trata da questão da população prisional, um apoio no sentido de favorecer a reintrodução dessas pessoas, desses cidadãos à vida das cidades, e um projeto chamado Projeto Pare Agora, que trata da questão de violência no trânsito. São projetos que ficaram prontos no ano passado. Como não tivemos reuniões do Conselho Deliberativo, eles não foram para frente, mas estão aguardando novas discussões da Câmara com os novos administradores municipais.

Câmara Setorial de Turismo:

- acompanhamento das obras do Aeroporto Marechal Rondon, que me parece que a única manifestação, ou umas das únicas manifestações institucionais, quanto à paralisação da obra do aeroporto foi do Conselho Deliberativo do Aglomerado Urbano, com uma moção de repúdio à INFRAERO, feita pelo Governador e os dois Prefeitos - foi até assinada pela Governadora Iraci;

- criação do Central Cultural Sul-Americano, que é um projeto que o Governador puxou e é uma coisa que a Câmara acha muito importante, inclusive o Samuel Levi... Pena que ele teve problema de saúde e não pode estar aqui. Mas é um projeto que entusiasma muito a Câmara como um todo;

- criação de um circuito fluvial de turismo que se começou a avaliar.

Aí tem a Câmara Setorial de Transportes. Normalmente, o Aglomerado é visto exclusivamente para a questão do transporte coletivo. Realmente, é a prioridade maior, é a principal atuação do Aglomerado. Nesse sentido, esta Câmara - todas as Câmaras têm a obrigação de se reunir uma vez por mês - reúne-se praticamente uma vez por semana. Amanhã é dia de reunião. E esta Câmara já faz a discussão da operacionalização conjunta. Até dois anos, cada órgão fazia sua operacionalização, praticamente um de costas para o outro, criando problemas. Hoje, através da Câmara Setorial de Transportes, Cuiabá, Várzea Grande e o Estado discutem, brigam e chegam sempre a uma solução, no sentido de uma solução conjunta, naquela coisa operacional, como extensão de linha, criação de uma nova linha. O próprio terminal foi muito discutido nesta Câmara. Creio que se não tivesse a Câmara, o terminal ia ser um problema em termos de implantação, gerando muito mais dificuldade para o pessoal da Prefeitura de Cuiabá.

A bilhetagem eletrônica é um projeto desde 2001, que vem sendo segurado pelo Aglomerado Urbano, e agora, graças à determinação do Prefeito Wilson Santos, começou a ser implantado. E é uma preocupação dentro da Câmara e há uma intenção dentro da Câmara de que isso seja evoluído tanto para o intermunicipal como para o municipal de Várzea Grande, logicamente, no seu devido tempo.

Sobre operacionalização integrada nós já falamos.

Há esses eixos viários. O FEB/15 de Novembro, é preciso dar um tratamento integrado. Cristo Rei/CPA é aquele trecho passando pela Ponte Sérgio Motta até Tancredo Neves, subindo ao CPA, e do lado de Várzea Grande, chegando à Av. 31 de Março. É preciso ter um tratamento adequado, feito em conjunto com os Municípios de Cuiabá, de Várzea Grande e o Estado. O Dom Orlando Chaves/Miguel Sutil é um problema que nós entendemos que separa, desintegra mais o Cristo Rei de Várzea Grande que qualquer outra coisa. A falta daquela rótula, ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

do viaduto, ou de uma simples rótula na chegada da Dom Orlando Chaves, na Av. da FEB, cria um problema realmente muito grande, que leva a população para Cuiabá. E o da Rodovia dos Imigrantes, contorno sul, que seria aquele corredor multimodal.

Não pegamos todas as Câmaras, porque realmente há algumas que não conseguiram dar continuidade ao trabalho. Não pegaram. Mas esses problemas que aconteceram são realmente motivos e oportunidades para que, em discussões como essa, na elaboração da lei da Região Metropolitana, possamos aperfeiçoar.

É por isso que a posição do Secretário Yênes Magalhães, que nos orienta nesse sentido, é de aproveitar, nunca abandonar a experiência do Aglomerado Urbano, entender a Região Metropolitana como uma evolução e aproveitar a experiência de aprendizagem desses quatro anos do Aglomerado Urbano, porque muitas coisas deram certo, muitas coisas foram além do esperado. Algumas coisas não foram. E nós precisamos ajustar e descobrir o mecanismo certo para fazermos com que funcione.

Nós temos um dos principais problemas que é justamente o Conselho Deliberativo, que tem um Governador, dois Prefeitos e representantes da sociedade. Ele ficou um pouco grande, um pouco elephantíaco. São três reuniões por ano, mas é uma dificuldade muito grande articular essas reuniões.

Então, de um modo geral acho que passei mais do que imaginava desse balanço. Mas é um balanço rápido. Foi muito trabalho. É muito trabalho, mas é uma experiência muito gratificante, porque nós trabalhamos com diversos temas. E as Câmaras Setoriais é uma coisa - e aí eu acho que foi a grande coisa que o Aglomerado acertou - é a reunião de pessoas e técnicos de Cuiabá, de Várzea Grande e do Estado que se interessam, vestem a camisa de determinados projetos, e em alguns casos já existem um espírito de integração nas equipes, na Câmara de Transporte é evidente. Antes, nas primeiras reuniões, existia o medo de um estar querendo passar a perna no outro. Hoje não. Hoje já se sabe que os problemas comuns têm que ser resolvidos de forma comum, porque senão não vai resolver. E a maior parte desses problemas tem que ser resolvidos, não se pode jogar mais por debaixo do tapete, a população quer resultados, e para se ter resultados vai ter que ser feito em comum.

De um modo geral é isso. Estou à disposição para algumas perguntas. Obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço a exposição do Arquiteto José Antônio Lemos.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Eliene, que é membro da CPI das GIAs, aqui da Assembléia Legislativa, e tem reunião neste mesmo horário.

Agradeço e convido para compor a Mesa o Prefeito Municipal de Acorizal, Sr. Meraldo Figueiredo Sá, e a Sr^a Jucinéia Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento. Muito obrigado.

O SR. ELIENE - Boa-tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Carlos Brito e o parabenizo pela iniciativa de ter proposto esta Audiência Pública para discutir uma problemática que é importante, como já ouvimos aí, através do relato, das explicações do José Antônio Lemos.

Gostaria de cumprimentar, também, todos os componentes da Mesa, membros e autoridades aqui da Baixada Cuiabana, Prefeitos de Jangada, de Acorizal, representante de Chapada do Guimarães, de Nossa Senhora do Livramento, técnicos aqui presentes, o representante do Prefeito de Várzea Grande, os Vereadores de Chapada dos Guimarães e de Várzea Grande.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Gostaria de dizer, Deputado Carlos Brito, que nós estamos neste momento reunidos com a CPI das GIAs, cuja reunião é semanal, das 14:00 às 16:00 horas, às quartas-feiras. Portanto, então os seis membros, porque um, o Deputado Pedro Satélite, precisou se afastar por estar de licença, mas estão lá os Deputados Riva, Carlão Nascimento, Nataniel de Jesus, Campos Neto, Ságuas e eu, que fui designado a vir aqui fazer esta justificativa.

De qualquer forma, quero parabenizá-lo e dizer que é uma discussão pública em que participam vários técnicos, pessoas que estão estudando a questão do Aglomerado Urbano.

Essa integração realmente é uma necessidade, não só de Cuiabá e Várzea Grande, mas de todas as cidades que compõem, que recebem a influência direta dos problemas comuns, das situações inerentes ao Aglomerado Urbano.

Eu confesso que, embora tenha chegado atrasado, quando ouvi o relato das Câmaras Setoriais, das discussões mensais, entendo que deve ter já muita coisa avançada na discussão dessa integração.

Ontem à noite participei de uma reunião da qual participou uma comissão de Campo Grande tentando uma integração com Cuiabá. Estavam um Deputado Estadual de quarto mandato, Levi Neves, e alguns secretários municipais de Campo Grande, exatamente por entender que hoje, com as novidades, com as experiências boas que se têm em qualquer lugar do mundo, é preciso estar socializando essas informações.

Então, entendemos que a questão do Aglomerado Urbano, se viéssemos aqui e refletíssemos sobre os problemas comuns é possível que o José Antônio Lemos, que disse que passou da hora, ficaríamos aqui meio dia argumentando o pessoal da segurança, do meio ambiente, do transporte coletivo, porque todas as coisas comuns dos dois municípios e dos municípios circunvizinhos, que estão às margens do rio Cuiabá, à direita, à esquerda, fazem parte de todo esse contexto.

Portanto, quero parabenizá-lo e dizer que entendemos que a iniciativa é louvável e que, com certeza, não é o fato de termos aqui hoje 80, 100 pessoas, mas o que vai sair divulgado através da mídia, o que vai atrair em termos de rádio, de televisão, de jornal escrito e de revista. Poderemos, com certeza, dar uma grande contribuição dessa discussão da Região Metropolitana, onde temos diversos municípios participando. Temos Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, está presente o Hugo, de Chapada dos Guimarães tem o Vereador Niltão, de Acorizal tem prefeito e de Jangada tem o prefeito.

Entendo que essa contribuição, essa iniciativa de Vossa Excelência é digna de louvor. Peço desculpas por não dar uma participação mais efetiva por conta desse outro compromisso lá na Comissão, em que fui, inclusive, designado para estar aqui justificando a ausência do conjunto de Deputados. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Deputado Eliene.

Eu queria transportar, na explanação que o José Antônio Lemos fez sobre o Aglomerado Urbano de Cuiabá e Várzea Grande, que os representantes dos demais municípios que foram convidados a aqui estarem, a saber: Santo Antônio de Leverger, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Várzea Grande, esses encaminhamentos para a realidade desses demais municípios. Em síntese é isso, é ampliar essa discussão, que é hoje Cuiabá e Várzea Grande, levá-la para esse conjunto de novos municípios, que na proposta aqui são sete. Em algumas discussões variam o número de municípios. Na que eu defendo, são esses municípios aos quais me referi. E nós pegaríamos esses temas ou outros temas que viermos a definir, mas o espírito é este, de uma maneira bem, talvez tentando ser simples aqui, sem pretender ser simplório, é isso, é ampliar isso para uma discussão, por exemplo, de maneira...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Registro aqui a presença do Hugo Padilha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger. Muito obrigado.

E dizer que esta discussão, eu costumo dizer, é uma discussão chata. Ela é uma discussão chata para quem não entende ou não quer entender a importância dela. Mas tem que ser uma discussão persistente, perseverante. Toda mudança, toda transformação requer essa capacidade de continuar acreditando sempre, e que mudar, alterar o que está posto, sempre mexemos em interesses, práticas que já estão estabelecidas e muitas vezes não mudamos só as ações, temos que mudar também a forma de pensar sobre o que se faz. Aí é o que está mais difícil.

Então, a grande dificuldade do Aglomerado Urbano, e vai ser da Região Metropolitana, é previsível que seja a mesma, é alterar a forma de pensar a gestão pública aqui no nosso Estado. Então, é compartilhar poder, o que é bem diferente de dividir poder.

Então, o conceito tradicional é: “No meu município, mando eu; no Governo do Estado, mando eu que sou o Governador e ninguém vai tirar de mim”. É mudar isso. É transformar a idéia de dividir para a idéia de compartilhar. Então, nós vamos juntos fazer a gestão. Cada qual faça o que lhe couber, com sua autonomia, com toda sua prerrogativa, mas nós vamos nos superar. A idéia é essa! Vamos aprender a fazer juntos alguns temas, algumas questões, de maneira prática.

Foi falado aí do Sistema Integrado de Inspeção Sanitária. Para quem não é gestor público, não sabe a importância disso, aí é chato! Mas, para quem está no dia-a-dia e sabe os complicadores da convivência com a necessidade do serviço sanitário, e se cada município tiver que implementar o seu nas exigências todas que tem, enquanto que se pode ter um Sistema Integrado que assista nas mesmas condições todos esses municípios, otimiza, dá resultado, é mais barato! Todos ganham com isso, principalmente a população que vai ter a garantia de que esse controle seja feito, sem prejuízo do sistema que precisa dessa verificação, dessa inspeção.

A questão do Sistema Cartográfico. Fazer mapa de rua é importantíssimo, não é só para localizar as pessoas. O empresário, o investidor, quando quer escolher a área de fazer a sua aplicação, de construir a sua indústria, ele considera muitos fatores. Mas, o primeiro é que ele quer conhecer, ele quer saber como é aquela área em que ele quer investir, que ele tem que adquirir. Então, o mapa, para ele é importante sobre diversos aspectos: o controle ambiental, o que se pode construir para cá, para você elaborar o Plano Diretor...

O mapa é importante para a Prefeitura, é importante para os Vereadores, é importante para a sociedade, como no caso dos empresários. Então, esse tema cartográfico existe no Estado para efeito da segurança pública, com algumas adequações. Ele vai servir a esses outros propósitos, todos de forma muito mais barata e compartilhada, porque ele também precisa ser renovado de tempos em tempos.

Então, dentro da Região Metropolitana, isto diminui o custo para todo mundo e todo mundo tem acesso às informações que lhes interessam. A questão do Rio Cuiabá, por exemplo, é bem simbólica. Nós, quando começamos o Aglomerado Urbano, a questão das dragas, na estação de areia, na questão da argila nas margens do rio...

Convido a ilustre Deputada Verinha Araújo para compor a mesa.

Então, a legislação na margem de Cuiabá era uma e em Várzea Grande era outra. Hoje, não é mais. Os pontos já estão bem convergentes. Mas era assim. Então, quando apertava a fiscalização do lado de Cuiabá, atravessava a draga para o outro lado do rio e pronto. Não tinha eficácia a ação do poder público.

Agora, o subir lá para a região...

(PARTICIPANTE DIRIGE-SE AO PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Bem lembrado, é uma contribuição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Vejam bem, o que sabemos neste instante é que unificou a legislação Cuiabá/Várzea Grande. Eles espierraram para Jangada. Então, se fizermos a mesma legislação lá em Jangada, você vai conter, quer dizer, o rio é um só, independentemente de ter nas suas margens os seus pontos. Então, bem oportunos.

A questão da distribuição do gás é outra realidade. Dias atrás estivemos com o Secretário Yênes e com o Governador Blairo Maggi fazendo, lá no Sindicato dos Taxistas, o lançamento do uso do gás natural em táxis e alguns veículos para agora, no início do segundo semestre. Então, isto é uma realidade que em pouquíssimo tempo vai acontecer para todos nós. Nós temos vários aspectos no campo da distribuição que precisam ser tratados, principalmente, nos municípios aqui em torno da capital.

A questão do Porto Seco é uma estação aduaneira do interior, é uma alfândega que existe, está lá no Distrito Industrial. Você não precisa mandar seu produto para Santos, ou para os locais tradicionais de exportação. Você pode fazer isso aqui mesmo, em Cuiabá, no entanto, está subutilizado, está dando certo para quem utiliza, mas pode beneficiar a uma gama muito maior, de maneira articulada com os municípios, incentivando que isso aconteça. Ou seja, soluções existem, mas nós não sabemos delas. Então, na verdade integrar é favorecer de múltiplas formas para que elas aconteçam para todos.

A questão do lixo é outra realidade. Cada município tem que compor, tem que construir toda uma estrutura, ou não? Ou podemos, dentro de um consórcio, especificar determinado lixo? Por exemplo, um tipo de lixo vai ter um tratamento adequado no município tal. E aí todos se consorciariam para fazer aquele custeio, porque ambientalmente aquela área é mais adequada, porque economicamente é mais viável por esta ou por aquela característica. Em contrapartida, no outro município, nós vamos ter outra determinada atividade.

Então, nós temos múltiplas formas de estar integrando essas ações.

A questão de segurança pública, além do sistema de informação, é uma questão muito polêmica. Vamos dizer aqui: Guarda Metropolitana de Várzea Grande. Uma idéia boa, mas que hoje começa a apresentar alguns problemas, porque vai passando o tempo e vão surgindo também as dificuldades. Então, eu tenho ouvido de alguns setores que começa a gerar peculiaridades que vão transformando o que era muito bom em algum tipo de dificuldades.

A Prefeitura de Cuiabá também disse que criará a sua guarda municipal, mas a Polícia Militar tem choque com essa idéia. Então, por que não pensarmos numa guarda metropolitana conjugada com as ações da Polícia Militar? Assim, você contemplará esse conjunto de municípios. E fazê-lo de uma forma integrativa com a própria Polícia Militar, mais de guarda de patrimônio... Não sei. É uma discussão que pode acontecer também sob uma nova égide que possa contemplar a todos e sem menos traumas.

A questão do transporte urbano. Hoje, cada município tem o seu sistema e tem o intermunicipal. É intermunicipal porque atravessa a ponte Cuiabá-Várzea Grande, ali, aqui e acolá. Sobrepe linhas e não é um sistema otimizado, ainda. Então, em determinados corredores por onde passam os ônibus, empresas levam vantagens sobre outras, que têm de cumprir regras mais técnicas, mais rígidas.

Então, não é um sistema justo. Se não é um sistema justo, alguém está levando vantagem e alguém está tendo prejuízo. Quando não o empresário, em todas as vezes, o usuário.

Um sistema inteligente, integrado e operacionalmente bem constituído vai permitir o que vimos perseguindo. Esse plano metropolitano de transporte é para que o cidadão possa pegar o ônibus lá no CPA e ir a Várzea Grande, lá no Jardim Imperial. Futuramente, que ele possa ir lá em Nossa Senhora do Livramento, que ele possa ir a Jangada, a Chapada dos Guimarães, a Santo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Antonio do Leverger. Obviamente nós deveremos buscar custos mais baratos possíveis, operacionalizando esse sistema de maneira integrada. Agora, tudo isso e mais uma série de outras... Eu peguei alguns exemplos que poderíamos estar aqui elencando de possibilidades de ações conjuntas.

Agora, a Região Metropolitana exige que haja determinadas mudanças na forma de gestão. Então, a Constituição prevê que sejam criados regiões, microrregiões, aglomerados urbanos.

Hoje, com o Estatuto das Cidades, agilizaram-se muito determinadas situações. Eu trouxe aqui um exemplo na área de saneamento. Existe hoje, por exemplo, projeto de saneamento ambiental em Regiões Metropolitanas para 2005/2006. É específico. É um projeto dos Ministérios das Cidades e da Saúde. É um projeto de saneamento ambiental em regiões metropolitanas, que visa abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos, nos anos de 2005 e 2006. Só têm acesso a esses especificamente municípios que constituam Regiões Metropolitanas.

Então, constituir Região Metropolitana não faz com que o município deixe de ter sua própria capacidade de receber recurso por ser um município. Ao contrário, ele continua com essa possibilidade e a amplia, porque passa a poder receber aqueles outros recursos que são próprios de Regiões Metropolitanas. Agora, a Região Metropolitana adquire também personalidade jurídica. Ela não tem personalidade política. Qual é a diferença? Com a personalidade jurídica, a Região Metropolitana vai ter que, de alguma forma, ter uma autarquia que possa fazer o gerenciamento dos serviços públicos, das funções públicas, de interesse comum, que defina, por exemplo, o transporte. Vamos falar do transporte, que é o mais popular. Uma autarquia vai gerenciar essa integração do sistema e depois a sua operacionalização, para se ter uma tarifa mais justa, para definir linhas, aquela coisa toda. Essa autarquia vai ser paritária, entre Governo do Estado e os Municípios que constituem a Região Metropolitana. É isso que vai dar o corpo da autarquia. Ela não tem personalidade política. Por quê? Porque a Constituição garante autonomia político-administrativa aos municípios. Naquilo que cabe a cada um, ele é autônomo. Agora, uma vez dentro da Região Metropolitana, é compulsória a participação dos municípios naquilo que for definido como ponto de interesse comum, como a pauta de interesse comum.

Esse aqui, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, é importantíssimo que fique claro. Por isso que eu não tenho, e ninguém deve ter, a pretensão de esgotar essa discussão, seja nesta Audiência Pública, ou em mais uma, em mais outra. Nós temos que ter a pressa para não perder recursos, mas temos que ter a prudência de saber fazer o que estamos tentando construir. Então, é preciso buscar o equilíbrio, o bom-senso, porque ao constituir a Região Metropolitana, os municípios depois, uma vez dentro, não saem naqueles assuntos definidos como pontos. Vamos fazer isso para coleta de lixo, por exemplo, para dar tratamento ao lixo. Vamos coletar, depois tratar o que foi coletado e daí para frente.

Então, na hora de você contratar o serviço, vai ter que ser discutido conjuntamente, dentro do interesse da Região e não mais do município. Então, ele vai ter que ser bom para todos. Daí a importância dessa integração. Por outro lado, todos pagam. Então, a licitação vai ser conduzida dentro dos interesses que contemplem esses municípios. A alguns cabem, a outros não cabem essas providências, mas uma vez definido quais sejam, os municípios vão ter que participar ativamente.

Agora, não há, por parte do Governo do Estado, ou do Estado, vamos dizer assim, uma substituição do município, porque até estar na Constituição essa possibilidade das Regiões Metropolitanas, a Constituição anterior a 88 dava a entender que tudo que não era do Governo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Federal, que não era da União nem era do Município, era atribuição do Estado - chama-se isso aí por questão residual.

Então, o que não está definido explicitamente que cabe à União ou compete ao Município, é atribuição do Estado, é prerrogativa do Estado. Então, o Estado ficava no meio disso.

No caso da Região Metropolitana, ha uma mudança disso, um avanço. Então, você passa a compartilhar, inclusive o Governo do Estado, alguns assuntos que hoje são afetos exclusivamente a ele. Ele também vai ter que discutir com os municípios e vice-versa.

Agora, são só os prefeitos e o Governador do Estado? Não. São importantíssimas as Câmaras de Vereadores... Importantíssimas não, são imprescindíveis as Câmaras de Vereadores e a Assembléia Legislativa. Por quê? Porque a Região Metropolitana não tem uma Assembléia própria ou uma Câmara própria. Quem vai continuar fazendo a parte legislativa são as mesmas Câmaras, é a Assembléia Legislativa. O problema é que o mesmo esforço que o Executivo vai fazer para integrar a execução das suas ações, nós no Legislativo vamos ter que também fazer, como o Dito acrescentou aqui, a discussão, um esforço para legislarmos também de maneira integrada. Então, vamos fazer uma legislação unificada sobre diversos temas que impactam nos diversos municípios. Quando definida na Região Metropolitana determinada pauta, vamos fazer a contratação de tal serviço público e tem que ser feita uma licitação. Então, cada Câmara, cada Município, Prefeito e Câmara, Assembléia e Governador vão ter que colocar, lá nas suas leis orçamentárias, a previsão orçamentária, destinar os recursos e tudo isso de maneira conjugada. Por isso que quando o município aceitar integrar a Região Metropolitana tem que estar bem consciente disso, porque não pode sete municípios, aí no meio do caminho, um Prefeito ou uma Câmara de Vereadores discorda por uma razão política, ou qualquer outra que seja, e isoladamente crie toda uma dificuldade para os demais. Então, é legislação. Isso é constitucional. É muito mais do que determina a legislação complementar.

Como é que se cria a Região Metropolitana? Por lei complementar à Constituição do Estado, mas autorizada pela Constituição Federal, que depois de aprovada e sancionada estará valendo. Para alterá-la, só através de outro processo idêntico. Então, não tem aquela de “faço um oficiozinho e estou fora”. Depois que está dentro, está dentro, naqueles pontos que ficarem amarrados.

Resumidamente, é isso. É difícil resumir, porque é algo novo, é muita coisa. Volto a dizer, o projeto original que apresentei é uma coletânea de experiências de regiões administrativas que já existem no País. Procuramos buscar aquilo que entendíamos que era parecido com a nossa realidade. Poucos dias depois tivemos que mudar radicalmente, porque logo vieram as contribuições. Isso está errado. Isso não pode. Isso não cabe. Aí fizemos um substitutivo integral. Então, existe uma proposta que está aí, que é um aperfeiçoamento, um alargamento do Aglomerado Urbano, vamos dizer assim, mas está aberto 100% a modificações. Se tivemos que fazer o substitutivo integral ao substitutivo integral, vamos fazer. O importante é que essa legislação nasça, conscientemente, primeiro ponto, José Lemos, que isso esteja muito claro para os Srs. Prefeitos, para os Srs. Vereadores e para os setores da sociedade que se interessam; segundo, que seja um texto aplicável, porque não adianta escrevermos utopias, situações inatingíveis, não adianta.

A questão do Conselho Deliberativo, por exemplo - o José Lemos lembra bem -, foi um dos nossos atropelos do Aglomerado Urbano. O conceito à época era de democratizar, pluralizar a participação, aí fizemos um conselho para caber bastante gente, 50% do poder público. Ficou muito bonito. Na primeira reunião, um mesão do tamanho de... Depois, as seguintes, foi complicado chegarmos ao *quorum* para fazer as reuniões para isso, para aquilo... Mas foi uma experiência plausível.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Nós descobrimos, no meio disso, pessoas que até hoje contribuem, são entusiastas das idéias. As Câmaras Setoriais, dez Câmaras, funcionou a metade, mas funcionou mesmo! Então, quer dizer, é possível, é viável.

A grande dificuldade - e eu falo do Aglomerado e falo com a empolgação, porque acredito nisso - são mesmo, prefeitos e vereadores, de ordem política. É no sentido de nós convertemos esse pensamento. Não vamos dividir poder, vamos compartilhar, é diferente.

Por outro lado, temos ganhos, muitos ganhos. A população tem. Respostas vêm mais rápidas para os problemas, mais baratas. Dividimos responsabilidade, também. Então, vejo que a Região Metropolitana é para nós sinal dos tempos, vamos dizer assim. É inevitável que aconteça, se não hoje, daqui a um tempo.

Então, de maneira prática a sociedade já faz o que poder público está demorando para entender e fazer. A sociedade já está integrada no seu dia-a-dia. O cidadão mora aqui num município e estuda lá num outro. Sai lá de Livramento, de Jangada para vir aqui. O daqui vai para lá para trabalhar. Têm várias integrações culturais que já são feitas pela sociedade de maneira natural, e, as vezes, até sem sentir. Então, o que estamos falando é da participação do Poder público nisso, no sentido de dar organicidade nessas coisas aí. Então, eu acho que, no geral, o propósito da nossa discussão aqui é inaugurar esse debate.

Eu fiz uma Indicação ao Governador do Estado e espero ter no Secretário Yênes Magalhães um aliado, porque na implantação do Aglomerado Urbano discutimos juntos isso com muita gente. Inicialmente, o Aglomerado Urbano era ligado à SEPLAN no Governo anterior. Aí mudou o Governo, eu fui ser o Secretário da Casa Civil, pedi ao Governador Blairo Maggi. Levamos o Aglomerado Urbano para a Secretaria da Casa Civil, no primeiro ano do Governo, em 2003, foi quando avançamos no atual Governo essa questão das Câmaras. Depois eu voltei para a Assembléia Legislativa. Houve uma parada nas tentativas do Aglomerado Urbano. E agora o Governo decidiu retornar na SEPLAN para que o Yênes dê sequência nos trabalhos do Aglomerado.

Criada a Região Metropolitana, obviamente o Aglomerado Urbano deixa de existir porque passa a ter suas funções incorporadas ao trabalho da Região Metropolitana.

Então, tem muitos aspectos, muitas dúvidas. Nós mesmos estamos procurando conhecer cada vez mais. Eu fiz a sugestão de realizarmos um seminário. Aí, sim, com mais tempo, com discussões mais tecnicamente plausíveis, aonde os municípios e os Vereadores possam vir, e nós também, tirar as nossas dúvidas, para quando chegarmos a ter a Lei Complementar que institua a Região Metropolitana estarmos bastante conscientes do que estamos fazendo.

Quero registrar que o Prefeito Murilo Domingos - eu falei com ele - não está aqui em razão de estar administrando, infelizmente, o que aconteceu lá no evento da FEICOVAG, é uma série de complicações e o Prefeito está absorto nessa administração. E o Prefeito Wilson Santos se encontra hoje em Brasília, obviamente, não podia estar em dois lugares ao mesmo tempo. Mas os dois são entusiastas da idéia. Eu, particularmente, conversei com eles e acho que aqui a representação do Sr. Carlos, Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, do Sr. Benedito, Prefeito de Jangada, do Sr. Meraldo, Prefeito de Acorizal e dos Presidentes de Câmaras dos Municípios de Chapada dos Guimarães, de Nossa Senhora do Livramento, de Santo Antônio do Leverger, os demais representantes que vieram, isso é muito importante. Eu quero dizer que quando começou a discussão do Aglomerado Urbano, nós não tínhamos $\frac{1}{4}$ das pessoas que estão aqui hoje.

Então, isso é bastante bom, é bastante animador! E vamos ter uma agenda para frente!

Com a palavra, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputado Carlos Brito, Presidente desta Audiência Pública, quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo; o Sr. Meraldo Figueiredo Sá, Prefeito Municipal de Acorizal; o Sr. Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento; a Sr^a Jucinéia Conceição Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento; o Sr. Hugo Padilha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leverger. Quero cumprimentar também o nosso parceiro, o Sr. José Antônio Lemos, Secretário Executivo do Aglomerado Urbano; o Sr. Jair Dorigon, do INMEQ e também Vice-Presidente do CREA de Mato Grosso e o nosso parceiro de trabalho, também, o Secretário Adjunto de Turismo de Mato Grosso, Sr. Zito Adrien; nosso Secretário Adjunto, Arnaldo, aqui presente; Diogo, da AGER; são tantas pessoas.

O Deputado Carlos Brito colocou muito bem. Quando fizemos a primeira discussão do Aglomerado Urbano, nós temos aqui uma pessoa que é chamada hoje de Museu do Movimento Comunitário, é o Valmir Cardoso, que está sentado ali, é Presidente hoje da UCAM.

Também posso dizer que somos o museu do Aglomerado Urbano: José Lemos, Yênes e o Dr. Palma aqui presente. Quando da primeira reunião, que não era nem Aglomerado Urbano ainda, era Comissão de Transporte do Estado de Mato Grosso, nós fomos nomeados - Virgem Maria, há 17 anos, tem um bocadinho de tempo.

Mas eu quero parabenizar o Deputado Carlos Brito, e no retorno dele eu retomo essa fala.

Eu quero fazer um breve histórico do encaminhamento que estamos dando. O Deputado Carlos Brito, infelizmente, omitiu na fala dele que, assim que ele deixou a Casa Civil, foi uma sugestão dele ao Governador Blairo Maggi, a de levar o Aglomerado Urbano de volta para a SEPLAN. Então, foi uma iniciativa primeiramente dele, naquele momento. Depois, nós estávamos muito assoberbados com uma série de trabalhos na Secretaria de Planejamento, deixamos isso então correr, discutimos com o Arnaldo e um grupo de trabalho e não dava para assumirmos isso.

Ultimamente, nós fomos pegos de surpresa com uma entrevista da Deputada Verinha Araújo colocando que Mato Grosso, os municípios de Mato Grosso, estavam perdendo recurso por causa da Região Metropolitana. Naquele momento, nós pedimos ao Dr. Claudemir, que é conhecedor do assunto, foi o meu primeiro assessor jurídico, hoje eu tenho a oportunidade de estar com os dois, o primeiro e o meu último assessor jurídico na Secretaria de Transporte, que é o Dr. Mauro Max. Hoje, os dois estão nos auxiliando na SEPLAN.

Naquele momento, Deputada Verinha Araújo, os dois estavam trabalhando no Projeto do Aglomerado Urbano, do retorno dele para a SEPLAN. E com aquela matéria, imediatamente, nós corremos atrás para ver quais eram as implicações e ali, depois de uma conversa com a senhora, vimos que estávamos perdendo recurso. Na verdade, o Governo Federal não tem recurso para atender toda necessidade, primeiramente, priorizar a Região Metropolitana. Não tinha recurso para o Aglomerado Urbano. Daí nós desencadeamos essa possibilidade. Hoje, o que eu posso ressaltar, depois dessa brilhante explanação do Zé Lemos - e aí, Zé, eu quero parabenizá-lo pela dedicação, pelo empenho com o Estado de Mato Grosso - que ficou claro para todos que estão nessa sala o seu empenho, praticamente pessoal, e o de alguns técnicos do Estado, das Prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande, por terem avançado tanto na questão das Câmaras Setoriais. Eu acho que essa experiência da Câmara Setorial é extremamente importante para revermos a formatação do Aglomerado Urbano. Seria praticamente impossível, do jeito que está hoje, na apresentação de Cuiabá e Várzea Grande, simplesmente ampliarmos a participação dos municípios. Nós teremos um conselho de 150, 200 pessoas, que é praticamente impossível de se realizar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Então, com as experiências das Câmaras Setoriais, quando são respeitadas - e é isso que está sendo feito hoje -, você pode ter os seguimentos dos municípios nas Câmaras Setoriais, garantindo espaço para o Prefeito e o Presidente da Câmara no Conselho. A discussão só vem para instância do Conselho depois de passar pelas Câmaras. É o trabalho que está sendo feito hoje.

Eu disse na sua ausência que o senhor omitiu aqui que quando o senhor deixou a Casa Civil, quem fez a primeira solicitação ao Governador para passar o Aglomerado Urbano para a SEPLAN foi o senhor. E o senhor não quis dizer isso. Mas, para mim é um momento bastante oportuno nós contarmos aqui com a presença de Srs. Prefeitos, Secretários municipais, vereadores, porque eu acho que o Deputado Carlos Brito foi muito feliz nas colocações dele. No dia em que o Governador convidou-me para ir para o Estado, eu disse que ele poderia fazer muitas coisas aqui em Cuiabá e Várzea Grande, mas que uma das coisas que não poderia realmente deixar de fazer era o Aglomerado Urbano.

Essa concepção nós temos, porque, hoje, vemos uma série de coisas acontecendo. Eu tenho dito, ultimamente, Deputado Carlos Brito, Deputada Verinha Araújo, que os problemas que ocorrem no Brasil são devido a dois itens primordiais.

Primeiro, devido à integração entre União, Estados e Municípios. Quer dizer, nós estamos engatinhando nesse processo ainda, mas no dia em que isso ocorrer nas três esferas, no dia em que focarem e terem uma atuação conjunta, nós vamos resolver metade dos problemas.

E o outro item é a questão da priorização. Realmente precisamos priorizar as necessidades. As necessidades são muitas, e você fica querendo atender todas, mas acaba não fazendo nada. Então, tem que dar um foco mesmo. E, mais do que nunca, na fala do Deputado Carlos Brito, ele foi muito feliz em dizer aos Srs. Prefeitos e Vereadores aqui presentes... Eu fui procurado pelo Prefeito Wilson Santos e pelo Prefeito Murilo Domingos logo que assumiram. Eles me perguntaram por que o nosso meio é Aglomerado Urbano. Eu perguntei a eles se eles tinham vontade de fazer o Aglomerado Urbano acontecer. Agora, há duas semanas atrás, eles participaram de um almoço com o Governador e eu tive a oportunidade de perguntar: vocês estão a fim de fazer o Aglomerado acontecer? Porque Aglomerado, é o que o senhor colocou, é cessão de poder, é dividir o poder com o próximo. Não é perder o poder. É dividir. É tomar decisões em conjunto.

Então, hoje, nós estamos em um processo, até por exigência da Assembléia Legislativa... Começamos agora. Hoje, tem uma equipe na Secretaria de Planejamento discutindo a elaboração do Orçamento de 2006, a metodologia de elaboração. E uma das nossas preocupações é que o Orçamento do ano que vem tem que ser 100% regionalizado.

E como você vai ter essa ação regionalizada? Conversando com o Arnaldo, Deputado Carlos Brito, eu falei a ele: Não dá para nós tirarmos. É aquilo que o senhor disse. Não é tirar dos outros. Mas o Estado, neste momento, começa a ter a obrigação de focar mais, de promover, de dar mais recurso para quem tenha ação regionalizada, para quem vai trabalhar junto. Todos têm. Você tem os recursos do Índice de Participação dos Municípios, você tem PPA, você tem uma série de recursos. Mas o Estado, neste momento, precisa começar a colocar um *plus* nessa relação Estado/Municípios. Quer dizer, se a ação não for regionalizada... Eu acho que isso está claro em nível de Brasil, em nível de Mato Grosso, porque nós temos vinte municípios com economia exaurida e temos vinte e quatro municípios que são, hoje, destaque em nível de Brasil, com crescimento em velocidade assustadora. Isso por quê? E nós temos um município exaurido ao lado de um município que está em franca expansão. Quer dizer, se nós focarmos e termos essa atuação...

E também tem um outro processo que irá acontecer este ano, aqui, na Assembléia Legislativa, que é a discussão do zoneamento socioeconômico ecológico, que é a regionalização de Mato Grosso, Mato Grosso em doze regiões. Então, é um processo extremamente importante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Agora, as coisas acontecem quando estão maduras. Quer dizer, depois de muita discussão. É como gota. É uma gota. Nós vamos enchendo o copo e chega ao momento que uma gota somente faz o copo transbordar. Então, é essa necessidade, essa vontade de todos terem uma atuação em conjunto.

Da parte do Governo do Estado, Deputado Carlos Brito - ainda hoje pela manhã eu conversei com o Governador sobre esta audiência pública -, nós estávamos já com o projeto de lei pronto, elaborado pelo Dr. Claudemir e pelo Dr. Mauro, juntamente com José Antonio Lemos... Na sexta-feira, nós passamos a tarde toda no Aglomerado Urbano, discutindo esse projeto de lei do Executivo. Mas o Governador, Deputado Carlos Brito, nos determinou que a ele não interessa, ao Executivo não interessa de quem é o projeto. Se Vossa Excelência teve essa iniciativa de marcar esta audiência pública e de acelerar esse processo, nós estamos aqui para somar.

Então, o Governo está colocando todos os seus técnicos, toda a sua estrutura da Secretaria de Planejamento e do Aglomerado Urbano à disposição para que possamos melhorar esse projeto como Vossa Excelência colocou, fazendo um substitutivo que realmente atenda aos interesses de todos os municípios que estão presentes neste momento e aos Srs. Prefeitos que não puderam comparecer.

Agora, é muito importante que seja discutido tecnicamente, legalmente, porque existem algumas implicações. Não é apenas a nossa vontade, tanto do Estado como dos municípios, de falar: eu quero ser Região Metropolitana. Existem algumas exigências legais que nós precisamos trabalhar: a questão da acomodação urbana, a questão ambiental, quer dizer, fatores que nós precisamos construir. Então, isso é possível.

Eu creio que na proposta que estávamos trabalhando não entravam Acorizal e Jangada, como a que está aqui. Mas não vejo problema nenhum de nós buscarmos, porque o Ministério das Cidades, depois - não é simplesmente a Assembléia Legislativa aprovar esse projeto -, fará uma avaliação do cumprimento das exigências legais.

Então, desde que consigamos construir isso, o Governador está colocando a estrutura do Governo, Deputado Carlos Brito, à disposição para que nós possamos acelerar o processo. Nós não podemos é continuar, como a Deputada Verinha Araújo cobrou dias atrás, pedindo recurso. Pode até ser que nós façamos tudo isso sem recurso, mas pelo menos ninguém vai poder dizer que não recebeu porque não tinha a Região Metropolitana.

Foi o que aconteceu com o Estado, agora há pouco... Nós estamos terminando um trabalho muito importante no Estado de uma oficina de gerenciamento de projeto. Durante um ano, nós tivemos uma Consultoria ajudando o Estado a elaborar projetos. Por incrível que pareça, falar assim: Mas o Estado não sabe elaborar? Não é isso. É que cada órgão tinha um nível de projeto. Tinham projetos muito bons e tinham projetos muito ruins.

Eu estava cansado de ir a Brasília e ouvir este ou aquele Ministro dizer: “Os projeto de lá são péssimos. Nós não vamos liberar recursos, porque os projeto de Mato Grosso são ruins”. Isso nós ouvimos várias vezes. Então, é isso que precisamos votar nesse momento.

Pode até ser, Deputado Carlos Brito, que no ano que vem não tenha recurso, que o Governo Federal não repasse recurso, mas ninguém vai poder dizer mais que não é pela qualidade do projeto. Então, atacamos nessa frente.

Quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa e a Secretaria de Planejamento e Coordenação, o José Antônio Lemos já colocou o Aglomerado Urbano, está aqui à disposição, o Dr. Diogo, a AGER, está aqui também, importante parceira nesse processo, porque como o senhor bem colocou, Aglomerado Urbano é tudo, mas o carro-chefe, sem dúvida alguma, é o trânsito e o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

transporte. Eu até falava, Diogo, que ele anda sobre rodas, então corre mais rápido que os outros. Mas tudo isso precisa acontecer.

Nós tivemos uma notícia do Prefeito Dito Campos muito interessante. No momento em que Cuiabá e Várzea Grande adotaram a mesma legislação em relação a dragas no rio Cuiabá, o pessoal já saiu daqui... E não adianta, isso não vai resolver o problema. O problema do rio Cuiabá é único. Ele tem que ser tratado igualmente, do começo ao fim, senão nós vamos passar pelos cargos, ocupar nosso tempo, mas o que deixamos de concreto para o futuro, para os nossos filhos?

Eu acho que é isso que nós queremos. Amanhã, quando estivermos com os cabelos grisalhos, como o professor Juacy, o José Lemos, Deputado Carlos Brito, poderemos olhar para trás e dizer: ajudei a construir. Vocês são pessoas que estou colocando como exemplo, porque são pessoas que durante as suas vidas ajudaram a construir muita coisa em Cuiabá e no Estado de Mato Grosso. Eu também quero um dia chegar a isso, estar com os cabelos brancos, como os de vocês dois, e ver, talvez a diferença de idade não seja tanta, que contribuí de alguma forma para as coisas melhorarem.

Deputado Carlos Brito, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Secretário Yênes.

Eu gostaria de explicar que hoje, neste mesmo horário, acontece na AMM uma série de atividades, em razão dos 22 anos da Associação Mato-grossense dos Municípios. Então, hoje e amanhã, há uma extensa programação e os prefeitos e vereadores estão convidados a participar. O Prefeito de Jangada e o Dito vão para a AMM, o Prefeito Carlos de Livramento também, só para explicar aos senhores.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para o próximo orador... Eu conversava agora com o Prefeito de Nossa Senhora do Livramento e ele sugeriu que a discussão chegasse aos municípios. Eu acho que precisávamos fazer uma rodada mais técnica e, em seguida, fazer um calendário de visita aos municípios, já com essa aparato da SEPLAN nos auxiliando e as contribuições que os municípios puderem dar.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Vossa Excelência acabou me lembrando de uma coisa muito importante quando falou da AMM.

Ainda ontem, Deputado Carlos Brito, eu e o Arnaldo estivemos reunidos lá na AMM, e é um processo extremamente importante para os Srs. prefeitos. Estamos elaborando um protocolo, um plano de trabalho, em conjunto com a AMM, em que vamos tratar do Plano Diretor. São 24 municípios mato-grossenses que têm a obrigatoriedade de elaborar Plano Diretor, mas vamos trabalhar com a AMM, no sentido de que não seja apenas municípios com mais de vinte mil habitantes, mas que municípios com cinco mil habitantes também elaborem o Plano Diretor - Plano Diretor e Conferência das Cidades.

No ano que vem, o Ministério da Saúde e o Ministério das Cidades não liberam mais recursos para os municípios que não aderirem à Conferência das Cidades. É um processo que vai acontecer agora com o Programa Faixa de Fronteira.

Ontem, o Ministro Ciro Gomes e o Vice-Presidente da República lançaram o novo Programa Faixa de Fronteira, em que o Presidente da República determinou aos vinte e um Ministros que, no orçamento do ano que vem, tenha verbas específicas para faixas de fronteira. Não é município isolado, é trabalho coletivo.

O Programa Consciência Fiscal é um trabalho muito importante. E o Conselho Intermunicipal de Desenvolvimento Regional também já estamos finalizando. O primeiro conselho que vai ser instituído será o Conselho da Baixada Cuiabana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Estou vendo que nem que for na marra, mas vai ter que integrar.

Gostaria de passar a palavra ao representante da Prefeitura de Várzea Grande, Jeferson Messias, Secretário de Governo.

O SR. JEFERSON MESSIAS - Boa-tarde a todos, Deputado Carlos Brito, Secretário Yênes de Magalhães, Deputada Verinha Araújo, Secretário Adjunto, Zito Adrien, demais componentes da Mesa, autoridades presentes.

Eu queria, antes de mais nada, Deputado, cumprimentá-lo pela iniciativa de mais uma Audiência Pública em prol do desenvolvimento integrado, não só de Várzea Grande e Cuiabá, mas agora um pouco mais abrangente com a agregação de outros municípios, transformar o Aglomerado Urbano em Região Metropolitana.

Eu dizia para Vossa Excelência assim que cheguei que coincidentemente, ontem, eu estava vendo uma fotografia tirada aqui neste mesmo recinto, nesta mesma Mesa, com a presença sua, do Secretário Yênes e mais algumas autoridades aqui presentes. Há cinco anos discutimos também numa Audiência Pública a possibilidade de se implantar o Aglomerado Urbano.

Naquela ocasião, eu, como Secretário de Estado, coordenava esse trabalho. Já naquela ocasião, recebemos muitas pressões de todos esses municípios que agora poderão se agregar na Região Metropolitana.

Eu estava pensando aqui, agora há pouco, se nós não perdemos tempo. Ao invés de, naquela ocasião, ter feito o estágio do Aglomerado Urbano, deveríamos ter implementado de imediato a Região Metropolitana. Mas acho que, pensando um pouco melhor, nós não perdemos tempo, nós ganhamos tempo, porque tivemos a oportunidade de, nesse período de quatro anos, quando foi aprovada a sua proposta, o seu substitutivo à Mensagem que foi enviada pelo Governo do Estado, que já era uma melhoria também de uma lei que tinha sido aprovada em 1994... E aqui eu faço essa colocação para vermos que há 11 anos estamos trabalhando essa questão da conurbação urbana de Cuiabá e Várzea Grande. Nós não podemos perder mais tempo.

Naquela oportunidade, sentíamos também que mais que vontade política precisávamos que os nossos governantes tivessem a consciência de que... Na verdade, aqui me permito pedir permissão para discordar da expressão de que não é dividir poder. Eu acho que os nossos governantes, os Prefeitos e o Governador do Estado têm que ter a consciência de que essa conurbação, que essa juntada na Região Metropolitana é na verdade uma soma de poderes e que poderá, efetivamente, contribuir para que essa região se desenvolva.

Os municípios que estão propostos a integrar a Região Metropolitana, todos nós sabemos o perfil, que são os municípios, principalmente Cuiabá e Várzea Grande, de grande concentração de população. Por isso mesmo são detentores dos maiores problemas sociais que o Estado vive. E é um Estado que, nos últimos dez anos, mudou de forma radical a vocação econômica, fez com que outros municípios crescessem, que a economia se desenvolvesse de forma variada, o que fez com que esses municípios da tradicional Baixada Cuiabana ficassem, efetivamente, num estágio de estagnação. Além disso, existe a dificuldade da capacidade de investimento que cada um desses municípios têm para resolver os seus problemas locais e, conseqüentemente, maior necessidade da presença do Estado, que tem mais de 140 municípios e não pode ficar atento apenas à Região Metropolitana ou à Capital ou às cidades próximas.

A importância da Região Metropolitana já foi percorrida muito bem por Vossa Excelência, pelo Secretário Yênes e por outras pessoas, pela explanação que o Sr. José Antônio fez a respeito da experiência do Aglomerado Urbano. Eu tenho certeza de que essa possibilidade de definição conjunta de políticas públicas fará com que esses municípios se desenvolvam com mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

rapidez. A possibilidade dessa concentração de recursos, para se fazer obras de infra-estrutura pesada, como nós precisamos de viadutos, de melhoramento de vias, de dragagem, de drenagem, de canalização de córregos e outras em que os municípios, por si só, não têm capacidade de fazê-lo. Além do que, como foi dito aqui, a exemplo da legislação com relação à exploração das dragas no rio Cuiabá, nós temos também diversidades até de políticas de estabelecimento de imposto sobre serviço em que Cuiabá e Várzea Grande apresentam uma alíquota, enquanto outros municípios da região apresentam diferentes e acabam criando uma competição canibalística desnecessária.

O que eu queria, para finalizar, Deputado, dada essa condição colocada pelo Secretário Yênes Magalhães, de que o Governador não pretende apresentar uma proposta, mas sim agregar a esta e procurar melhorá-la, e que essas discussões não demorem, porque esses municípios têm pressa e necessitam, efetivamente, abrindo um parêntese do que a Deputada Verinha Araújo colocou, e que eu fui testemunha, estava acompanhando o Prefeito Murilo Domingos, em Brasília, no começo do ano, e nós deixamos de ser selecionados num projeto do BID simplesmente porque Várzea Grande não era município pertencente a uma Região Metropolitana. Como o recurso era pouco, haveria a necessidade de priorizar regiões que fossem componentes de regiões metropolitanas.

Então, que não percamos mais essas oportunidades de receber investimentos externos, era a fundo perdido, o mais importante é isso, por conta de uma dificuldade que eu acredito que não vai existir porque a consciência política está evoluindo para que se tenha o mesmo objetivo. Isso é extremamente importante, porque saímos daqui com a idéia de não dividir, mas de somar os esforços para conseguirmos fazer com que essa região do Estado não fique marginalizada no desenvolvimento que o Estado vem conhecendo hoje.

Muito obrigado pela oportunidade. Várzea Grande estará sempre presente, Deputado, em todas as oportunidades em que for chamado para discutir assuntos de extrema relevância como este.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Jeferson. O Jeferson também foi parceiro na luta do Aglomerado, estamos aí de novo.

Eu quero registrar a presença e convidar para compor a Mesa o Vereador de Cuiabá, Francisco Vuolo.

Bom, nós temos aqui, além da Deputada Verinha Araújo, quatro inscrições. Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Eu quero cumprimentar a Mesa, o Deputado Carlos Brito; o Secretário Yênes Magalhães; o Sr. Jeferson, que aqui representa o Prefeito de Várzea Grande Murilo Domingos; o Milton, Presidente da Câmara de Chapada dos Guimarães; a Jucinéia, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento; o Zito Adrien, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo; o José Antônio Lemos, Secretário Executivo do Aglomerado Urbano; e o Diogo que aqui representa a AGER, que é Diretor-ouvidor da AGER. Cumprimentar, em nome dessas pessoas, todas as autoridades.

Eu, que fui Vereadora por Cuiabá, hoje estou na função de Deputada. E sou uma apaixonada pela questão urbana, gosto muito, identifico-me e acho que um dos grandes problemas do Brasil, hoje, nas regiões urbanas, foi à falta de planejamento, o crescimento desordenado, e hoje ficamos correndo atrás. Ficamos correndo atrás do esgoto a céu aberto, atrás do córrego que foi sucateado, atrás das ocupações irregulares porque não tinha política habitacional. A falta de asfalto em regiões porque houve ocupação. Não tinha política, ocupa e aí vem a falta da escola, do posto de saúde, do posto policial e aí, se você for ficar enumerando... E hoje, nós que estamos na função pública, estamos correndo atrás.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Então, o que ocorre? As cidades maiores, geralmente as que primeiros se desenvolveram nas regiões dos Estados, as maiores cidades, elas cresceram assim desordenadamente. Você pega São Paulo hoje, São Paulo quando chove alaga, porque ela foi crescendo, crescendo e hoje está buscando uma saída para quando chove. E você pode citar outras cidades nessas condições. Outras cidades que não cresceram dessa forma, que tiveram planejamento e que houve um planejamento maior do seu crescimento já não enfrentam problema infra-estrutural. Mas também estão na busca, muitas vezes, dos seus meios econômicos, de qual é o seu potencial econômico. Aí a gente pode citar exemplos de cidades no Estado que hoje não têm perspectivas, foram cidades pioneiras e depois pararam no tempo, e por aí vai.

A gente teve no início do Governo Lula a instalação do Ministério das Cidades e eu acho que, pelo pouco tempo, é hoje um Ministério que tem se destacado em termos de políticas públicas, porque, pelo seu pouco tempo, tem um corpo técnico extremamente capacitado. O Ministro Olívio Dutra conseguiu trazer a Maricato, que foi Secretária de Educação em São Paulo e constitui um grupo técnico, e hoje o Ministério trabalha com quatro vertentes: que é a questão da habitação, do saneamento, da gestão pública e da mobilidade urbana. Então, quando estamos aqui numa mesa discutindo a questão da Região Metropolitana, quem é que no Estado hoje, professor Lemos, faria esse papel de ser o interlocutor no Estado, na figura do Governo do Estado para as políticas públicas em relação aos municípios? Você vê que tem algumas ações que estão na SEPLAN, outras estão lá vinculadas ao Gabinete do Governador, outras estão na Secretaria de Infra-estrutura. Nós vemos a luta, hoje, dos companheiros que estão no Aglomerado Urbano para fazer com que isso vá adiante pela necessidade. Porque, praticamente, de todas as cidades que estão para serem contempladas com a Região Metropolitana, Cuiabá e Várzea Grande são as que mais agregadas estão, mais consolidadas estão. As outras estão um pouco mais distantes geograficamente. Mas essas duas cidades são as que mais sofrem hoje por não terem uma política articulada.

Então, quando vemos no Brasil, porque já temos o SUS - Sistema Único de Saúde, que integramos os entes federados, que a assistência social também caminha para isso, a educação também está encaminhando, estamos vendo a segurança pública também, a área ambiental também. Então, o que está colocado a nós todos? Buscarmos e fazermos com que os municípios se integrem em ações coletivas. Não assim: olha, eu quero o meu pedaço, eu quero meu dinheiro, eu quero a minha política pública, mas compartilhar com outro município aquilo que se pode otimizar em termos de recursos públicos.

Eu acho que essa discussão é importante. Nós estamos acumulando. Já tivemos, por iniciativa do Deputado Carlos Brito, e estamos fazendo o debate agora da Região Metropolitana.

Mas eu gostaria, Deputado Carlos Brito, se for realizado esse Seminário, de propor que fizéssemos algumas mesas, com a participação do Ministério das Cidades, para sabermos dentro do Ministério quais são os critérios que estão utilizando com relação a essa prioridade, que é Região Metropolitana. Para sabermos o porquê; em que bases; no caso de buscarmos alguma Região Metropolitana que já funciona, há quanto tempo, há quantos anos; qual a sua experiência de ação colegiada em relação ao Poder Executivo, em relação ao Poder Legislativo; como é que eles enfrentaram os primeiros momentos e depois como foram superando; se foi consolidando, se ainda tem problema. Como é essa questão política, até para termos isso como referência.

Porque eu vejo, também, já concluindo, que se nós temos a perspectiva, se nós ainda estamos um pouco distantes geograficamente... Vamos supor, Jangada ainda está distante, Acorizal, Chapada dos Guimarães, vamos pegar Nossa Senhora do Livramento, vamos pegar Poconé em um futuro próximo, ainda estamos distantes. Mas se nós já estamos fazendo este debate temos a perspectiva de em dez anos, se trabalharmos isso, ter a geometropolitana discutida e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

acontecendo, um crescimento acontecendo em um planejamento. Nós vamos reverter uma série de itens ou de dados negativos para essas regiões, se nós já trabalhamos nessa perspectiva de ter isso formalizado. Então, nesse sentido, eu acho que é importante.

Eu também concordo que aprofundemos isso, a participação das cidades, os seus prefeitos, os seus vereadores, porque, com certeza, nós precisamos integrar aqueles que moram nos municípios, os seus problemas, porque, muitas vezes, infelizmente a população não é contemplada por uma melhoria na qualidade de vida, até por um problema político.

Quando falamos em Aglomerado, nós falamos em transporte. Pensam que só no transporte coletivo. Por quê? Porque ele é o mais emergente, é o que toca todo dia a vida de todos. Mas nós poderíamos integrar também o ambiental, a educação, por exemplo, a questão de segurança?

Então, vejo que precisamos avançar, ver o que mexe na vida das pessoas, para irmos para frente e superar a questão política. É isso mesmo.

Na política, infelizmente, muitas vezes, como o espaço é muito disputado, nós não compartilhamos, nós vemos como um espaço nosso. E, por não compartilhar, quem perde é a população.

Eu acho que nós chegamos num tempo, na gestão pública, que quando nós compartilhamos, quem ganha é a população, independentemente de onde ela mora. Aí nós cumprimos com o nosso papel de cidadão, de cidadã. Está bom?

Então, é isso. Eu queria deixar esse alô aqui e o meu apoio à iniciativa do Deputado ou do Governo para que nós caminhemos Muito obrigada.

O SR, PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Deputada Verinha Araújo.

Com certeza, a participação de Vossa Excelência será fundamental para continuarmos essa discussão.

Quanto a essa questão do projeto, eu volto a dizer que o melhor caminho é o que percorreu o Aglomerado Urbano. E que ele seja resultado dessa discussão.

Então, fiquem bem à vontade aqui para que todos nós sejamos signatários desse fator histórico que vai representar a Região Metropolitana para Mato Grosso.

Eu queria falar aqui para os sindicatos presentes, os vários das associações comunitárias que estão aqui representadas, da importância da participação de vocês nessas discussões dentro dos setores que nós vamos estar tratando. Que participem conosco.

Gostaria de informar a Deputada Verinha Araújo que nós convidamos os representantes do Ministério das Cidades que, infelizmente, não tiveram como vir para esta Audiência Pública. Mas ficou pré-conversado que, num prazo de 15 dias ou um pouco mais, eles teriam condições de vir a Cuiabá. Aí eu julguei que seria até mais interessante para um trabalho mais articulado, melhor elaborado e já, com certeza, então, conosco tendo condições de dar mais produtividade a essa participação no Ministério das Cidades.

Na questão da distância, o Governo trabalhou um projeto de cinco municípios, e nós incluímos na nossa discussão Jangada e Acorizal. Na questão da distância, o conceito de região não é só geográfico, de estar ou não estar. Tem questões que nos ligam. Chapada dos Guimarães também está longe, mas temos ligações com ela por questões turísticas, por exemplo. Com Acorizal temos a questão cultural, de tradição muito forte. E vamos achar outros, vamos achar onde estão, porque não tem como fazer um projeto desse e deixar Acorizal à margem dessa discussão, deixar Jangada que está ali espremida.

Então, acho que nesse conjunto vamos ter que dar uma flexibilizada, para fazer ser bom para mais pessoas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Convido o Sr. Zito Adrien, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento de Turismo do Estado.

O SR. ZITO ADRIEN - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar todos, na pessoa do Deputado Carlos Brito; nosso companheiro de Governo, Yênes Magalhães; a Deputada Verinha Araújo. Sintam-se todos cumprimentados nas pessoas deles.

É muito rápido, Deputado Carlos Brito, e eu queria parabenizá-lo pela iniciativa. Eu acompanho bem todo esse desenrolar, principalmente do Aglomerado Urbano, e nós temos aqui o grande representante do Aglomerado Urbano, o José Lemos, que é um batalhador, um expoente disso e que vem trabalhando há muito tempo com sua equipe. Hoje, o Aglomerado Urbano já se torna uma realidade. É o grande precursor e vai ser o carro-chefe da Região Metropolitana que se pretende fazer, que se pretende criar.

Eu fico satisfeito vendo que não só o Deputado Carlos Brito propôs com seu projeto que está em andamento, como também o Governo do Estado. Quer dizer, não há qualquer tipo de atrito, de desentendimento. Há um somatório nesse processo.

Digo isso porque isso é fundamental para que cheguemos a um resultado final.

Vossa Excelência colocou muito bem, Deputado Carlos Brito, Vossa Excelência falou algo que para mim foi fundamental: que o que se trata numa Região Metropolitana ou num Aglomerado Urbano é compartilhar poder. Você colocou muito bem: compartilhar poder. Não é dividir, nem somar só para mim ou para você, para Prefeitos, enfim... Aqui nós tivemos três Prefeitos: os Prefeitos de Nossa Senhora do Livramento, de Acorizal e de Jangada. É preciso que esse conceito seja bem entendido antes de se começar as ações. Na verdade, precisamos da união, precisamos do desprendimento e precisamos da vontade desse somatório, porque todo mundo vai ganhar. São recursos, são interesses do município, interesses da população que, de repente, estão sendo tratados e pontuados por municípios, mas que pode ser tratados de uma forma muita mais interessante, se conjugados dentro de uma situação metropolitana.

Então, é importante que as vaidades pessoais dos dirigentes, dos Prefeitos - e a Câmara Municipal é importante para isso - sejam colocadas de lado. Que seja colocado o conceito da somatória do interesse da população, daqueles que vivem nos municípios. Sem isso, a coisa não funciona, não caminha.

Nós tivemos problema no Aglomerado aqui, no início, por questão de vaidade, daqui, dali, de poucos interesses, porque ia valorizar mais aqui, menos ali... Isso tem que ser deixado de lado! O que interessa é a população, o que interessa é esse somatório.

Então, é isso que queria deixar para Vossa Excelência, Deputado Carlos Brito. Acho que está muito bem conduzido por Vossa Excelência com o somatório do Governo.

É muito importante que os nossos Prefeitos aqui e aqueles que não estão presentes tenham a consciência de que para que isso dê certo, para que não fique numa reunião como essa, duas ou três, é preciso que haja desprendimento da vaidade, daqueles que comandam os municípios, daqueles que realmente decidem. Olhem, vamos fazer realmente acontecer a questão do Aglomerado, ou a questão da Região Metropolitana. Sem isso não vai funcionar. Vão haver reuniões, vão ter os técnicos que são competentes - eles sabem fazer, eles têm capacidade para isso - , agora precisamos do apoio daqueles que decidem e daqueles que realmente comandam os municípios e comandam este Estado. Eu tenho certeza de que com essa determinação, Deputado Carlos Brito, a coisa vai acontecer. Parabéns a Vossa Excelência e a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Muito obrigado, Zito Adrien.

Gostaria de convidar o Dr. Diogo, Diretor da AGER.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

O SR. DIOGO EGÍDIO SACHS - Boa-tarde a todos os senhores e senhoras; ao Deputado Carlos Brito, que teve a iniciativa desta Audiência Pública para tratar da reunião metropolitana; ao Secretário de Planejamento, Yênes Magalhães; ao Secretário Adjunto de Turismo, Zito Adrien; ao Francisco Vuolo; e ao nosso Secretário do Aglomerado, José Antônio Lemos.

Quero dizer que eu falo em nome da Presidente da AGER, Márcia Vandoni, a quem a legislação define como representante da Agência. Estou aqui representando-a.

Foi com alegria que recebemos o convite do Deputado Carlos Brito para participar, enquanto órgão de Estado - que é a Agência -, desta discussão que, como disseram todos os outros interlocutores, é de uma amplitude que merece a maior transparência e que sejam colhidas ao longo do seu processo as opiniões de todos os envolvidos.

O princípio que eu quero trazer é que esse ato que vai criar esse organismo, que é a região, depende e precisa ter a participação e estar ali representado todos os aspectos dos âmbitos que a envolve: transporte, saneamento, urbanismo, quer dizer, tudo que compõe esse universo de pessoas.

Então, quero deixar aqui que a nossa Agência está pronta para participar, atendendo a convocação, seja do Poder Executivo, seja do Poder Legislativo, através do Deputado Carlos Brito, para contribuir, sem nenhuma vaidade, desejando, como nossa missão, sempre o bem de todos os usuários do serviço público do nosso Estado. É a nossa contribuição por ora. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado, Sr. Diogo. Nosso abraço a Dr^a Márcia.

Com a palavra, o Deputado Amador Tut, suplente de Deputado Federal e ex-colega aqui nesta Casa.

O SR. AMADOR TUT - Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar em conjunto - porque já está avançado o tempo - todo o Legislativo, na pessoa do Deputado Carlos Brito, que muito tem trabalhado para esse andamento; todo o Executivo, na pessoa do nosso companheiro, Sr. Yênes Magalhães, nosso irmão de luta de muitos anos; e toda a sociedade, na pessoa do Sr. Valmir, que é um defensor da sociedade menos favorecida.

Deputado, nós temos uma série de necessidade e talvez não se pode demorar muito. A sociedade exige prepararmos essa terra onde nós vivemos. Nós não podemos deixar Cuiabá, Várzea Grande ou até Santo Antônio do Leverger, mais tarde, viverem como está vivendo São Paulo hoje. Se eles tivessem se lembrado de ver a vida de São Paulo, talvez não teriam os destroços que têm lá hoje. É impossível ficar agregando no solo as construções, os edifícios, o asfalto, e não deixar local nenhum para essa chuva que cai ser distribuída. Deus não vai agüentar mandar água morro acima para devolvermos morro abaixo. Nós não vamos dar conta de viver neste mundo. Podem ter certeza disso.

Nesta Casa, nos doze anos que passei por aqui, deixei no mínimo dez projetos de lei solicitando que numa área construída acima de cem metros quadrados teria a obrigatoriedade de ter um depósito de água, ou via área, ou via terrestre, qualquer maneira. Cada projeto acima de cem metros quadrados teria que ter vinte mil metros cúbicos.

Nós somos sabedores de que, a cada vinte e quatro horas, chove aproximadamente dez a quinze mil metros cúbicos. Então, se nós sabemos que chove aqui, por que não retemos em cada fundo de quintal? Para depois, nas outras dezesseis horas, vinte horas, ir escoando por aí para ter umidade.

Estamos cansados de assistir: a Prainha está aqui inundada e ali no CPA estão aguando a grama porque está seca. Está o caminhão-pipa lá aguando a grama, porque está seca.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Nunca vi um troço desse, fazer avenida com piso inferior ao canteiro que era para filtrar essa água! Nunca vi um troço desse! Ainda hoje, planta árvore e faz um canteiro em volta dela, para nada de água ficar nela e ir para a rua. Ora, não é possível um troço desse.

Infelizmente, não estamos preparando o mundo para o futuro. Não estamos preparando. Vamos deixar uma situação que cada dia... É aquilo que você disse. Talvez, quando nós chegarmos ao cabelo grisalho, eu já estou, você, o Deputado Carlos Brito, e olharmos para trás, falaremos: não preparamos, não deixamos banco para nos sentarmos. A isso nós temos que voltar. Isso não pode demorar.

Agora, tem uma série de coisa que não vai se encerrar tão rápido assim. Por exemplo, fala-se em transporte. O transporte, do jeito que é, sai da Chapada e vai a Jangada... Você acha que o telefone é desse jeito também? O telefone, nós usamos a distância e tem um custo só. É uma coisa bem virtual. Era para ser, porque tanto faz eu ligar para falar com o meu vizinho na porta da casa dele ou falar no Rio de Janeiro. Teria que ser o mesmo preço. Não fizemos nada físico, foi tudo virtual. Por que precisa ter essa diferença? Será que nós também vamos chegar ao dia em que falaremos que o mesmo custo de um hotel lá na Jangada vai ser o daqui da Getúlio Vargas?

Eu não quero, Deputada Verinha Araújo, argüir diferenças em suas palavras. Você foi muito justa no que falou aqui. Você foi boa observadora. Não adianta nós ficarmos aqui falando isso. É impossível nós querermos dizer que ir e vir dez metros tem que custar o mesmo que ir e vir cem metros. É impossível falarmos de uma situação dessa. Nós vamos ter que começar a pensar nisso. Agora, o meio ambiente, as vertentes, o segmento, nós não podemos pensar que o corredor, que o Aglomerado Urbano, é só Cuiabá e Várzea Grande. Como vai ficar Santo Antônio lá embaixo, que nós vamos mandar coisas em cima dele? Como vai ficar Barão de Melgaço? Será que Guia, Acorizal e Rosário também podem mandar veneno para nós? Não, negativo. Eles não podem fazer isso. Esse negócio das dragas, o rio é uma veia, e nós temos que pensar nelas mesmo. Não tem jeito.

Não adianta ficar Várzea Grande jogando peixe no rio e nós aqui jogando anzol e veneno. Tem umas coisas que não têm divisão, como o ar, o vento, a iluminação, a vida. Esse trem não tem divisão, ele é indivisível. Agora, ir e vir, isso não. Eu vou, ando com minhas pernas e não dou conta de andar; o outro, mesmo estando com suas pernas, não dá conta de ir. Então, tem que separar. Vamos cuidar do Aglomerado Urbano, mas nós vamos deixar que o transporte seja o principal fato. Esse não tem jeito de ser. Nós já andamos de canoa. Nós já andamos de boi, com cargueiro nas costas, de carro-de-boi. Hoje já estamos com jamanta de setecentas toneladas e vai chegar o trem aqui que é maior ainda.

Então, cada um vai ter seu custo operacional. Não adianta. Querer dizer que um tem que pagar para outro é uma coisa tão impossível no mundo. Impossível! Nós vamos ter que pensar mais um pouquinho. Não adianta nós querermos distribuir custo para um pagar pelos outros. Tem que parar com isso. Enquanto nós não pararmos com esse negócio de cada um não pagar o que come... Eu chego a um restaurante de quilo, como quatrocentos gramas e pago sobre o que eu comi. Chega outro, come oitocentos e paga o que comeu. Que negócio é esse? Por que nós não podemos? Quilo é tudo igual. Não, não pode ser assim. Nós não podemos trabalhar dessa maneira.

Eu sei até... Os senhores não têm nada com isso, Deputado Carlos Brito, Sr. Yênes, mas eu queria deixar aqui um comunicadinho, porque tem um negócio aqui pesando. Não sei se os senhores estão vendo, mais isso aqui é transporte mesmo. O nosso Mato Grosso hoje está todo sacrificado no sistema de petróleo. Está aqui o nosso irmão vizinho, onde o ICMS do petróleo é 12%. Todos os nossos vizinhos. Aqui são 17%. E, piorando, lá a pauta é preço de comercialização da compra, na faixa de 1,33. Aqui a pauta é 1,92. Vocês dêem uma analisada, parem para pensar. Se somarmos 17 sobre 1,92... Eu estou falando do diesel, que é a coisa que mais gasta. Mas se entrar na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

gasolina e no álcool será da mesma forma. Se você somar 17 sobre 1,92, se somar 12 sobre 1,33, vai ver a diferença que dá.

E o que está acontecendo? O Governo do Estado, a Secretaria de Finanças, pode até não ter feito essa conta, mas nós já estamos cientes de que hoje o Estado está perdendo mais do que está ganhando com essa diferença. Eu acho que não podemos deixar isso acontecer. É um dos pontos principais que devemos falar no transporte. Porque se esse objeto que é essencial, é a alma, é o sangue do negócio, tem essa diferença absurda, o resto do transporte, para trazer esse produto aqui ou para levá-lo daqui mais na frente, quem paga é quem consome. É quem consome. Agora, como é que podemos unificar os preços de ir e vir se esse produto não é unificado, se ele tem uma diferença? Não da ida e vinda dele. A ida e vinda dele nós estamos pagando por fora. Nós estamos pagando por fora. É somente o custo que pagamos. Além de ser 17, ainda é calculado sobre 1,92, enquanto o outro é 12 calculado sobre 1,33. É muito grande essa diferença. Demais da conta.

Então, hoje, uma carga que sai de São Paulo, porque nós temos que considerar que aqui em Mato Grosso o nosso transporte a base é São Paulo, Paraná e Minas Gerais... Mato Grosso do Sul, nós temos um colega que vai ver isso, mas o que nós trazemos de lá ou levamos para lá é somente a passagem. De lá é que vem essa diferença. Então, a diferença é grande demais, é uma coisa incalculável, chega à faixa de R\$0,60 o litro, que é o mesmo tamanho do outro. Então, é um prejuízo incalculável, muito grande.

Eu até gostaria de passar às suas mãos para que possam nos ajudar. Nós estamos inviabilizando totalmente o sistema de transporte no Estado de Mato Grosso. Desculpem-me de aproveitar esse gancho e falar isso aqui, que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Mas eu parablenizo vocês. Que todo dia dêem conta de fazer com que o Aglomerado Urbano não cuide somente de Cuiabá e Várzea Grande.

Eu tenho um projeto aqui, fiz junto com o Deputado Chico Daltro, com o Antônio Joaquim, tentamos unificar até Santo Antônio e também Guia, Livramento. Nós tentamos, na época, porque faz parte da mesma veia, da mesma artéria, que é o nosso rio Cuiabá, que não adianta querermos fazer hoje uma coisa beneficiando um aqui e outro lá, que fica prejudicial.

É certeza de que nós precisamos... A nossa vida é curta, mas a vida do planeta é longa, e temos que cuidar dela hoje, porque amanhã não adianta recuperar mais.

Muito obrigado e desculpe aí as minhas intenções de dizer que um telefone também custa diferença de distância. Não tem como, fisicamente, andar uma distância do mesmo tamanho com o mesmo preço. É impossível. Um quilo de pedra com um quilo de algodão pesam a mesma coisa, mas o de algodão é bem mais difícil de carregar. Bem mais difícil. Um quilo de pedra é mais fácil. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Agradeço ao Deputado Amador Tut e só esclareço que não pode ser o usuário a carregar o quilo de pedra.

Mesmo nesse assunto, Deputado Amador Tut, eu fiz um requerimento de informação à AGER, solicitando informações do sistema de transporte intermunicipal Cuiabá/Várzea Grande, que, por extensão, podemos entender do Estado.

Eu quero conhecer, além dos custos tributários, quais os outros custos do sistema de transporte.

Eu conhecer de verdade qual a planilha de custo que as empresas operam no sistema intermunicipal, municipal, quero saber item por item, tudo tem um preço. Então, o usuário tem direito de saber e o poder público tem obrigação de conhecer e fazer a gestão disso.

Então, eu acho que o momento agora vai nos permitir... Então, o assunto, de uma certa forma, está dentro da discussão, que interessa a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Então, é óbvio que nós sabemos que é possível, sim, perfeitamente possível, com um passe único, o cidadão sair do CPA e ir a Várzea Grande. Não dá para ele ir a Jangada, a Livramento, mas nada nos garante que não possamos ter dois, três preços e que possam, em razão das distâncias, garantir que o usuário tenha melhor condição de transporte por um preço mais justo e que o empresário não tenha prejuízo.

O que nós temos que garantir é que cada qual tenha o que lhe é justo. O que não pode é estourar do lado do mais fraco, que é o usuário.

Então, eu fiz um Requerimento de informações e quero conhecer todas as empresas que operam o sistema, a situação das concessões, se estão vencidas, se tem nova licitação, quero conhecer a planilha de custo, qual é a sua forma de composição, quero saber quem gestiona esse sistema, o intermunicipal eu conheço e quero saber do municipal; por que a gestão não está na mão do poder público, mas delegada às próprias empresas, através da sua associação. Quer dizer, isso é bom? Isso é ruim? Precisamos saber.

Não sei se é natural quem emite os passes, distribui os passes, comercializa os passes, presta conta pra si mesmo dos passes e o cidadão só compra o passe e depois aparecem contas para o cidadão pagar.

Então, são indagações e chegou o momento. Como o senhor disse, as coisas estão mudando e vão mudar, cada vez mais, aceleradamente. Então, acho que a Região Metropolitana nos abre um leque imenso.

Zito Adrien, da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo, cite um desses municípios que não tenha potencialidade turística, qualquer um, de Acorizal a Nossa Senhora do Livramento. Qual é a capital internacional do pastel? Jangada.

Por que não transformar isso num... Quer dizer, Nossa Senhora do Livramento é a banana. Mas será que é só banana? Não é.

O aeroporto está em Várzea Grande, os hotéis, a maioria, estão em Cuiabá, as belezas estão espalhadas nos outros municípios. Vejam quantas coisas podemos integrar numa cadeia em que todos podem subexistir convivendo harmonicamente no sentido econômico, social e cultural. Esse que é o grande debate. E aí os vereadores têm uma importância ímpar. Normalmente se pensa nessa integração só o Executivo, e não é. Na verdade, o pensamento da população quem representa são os parlamentos, em todos os níveis, representando o cidadão para discutir propostas são os vereadores, deputados, senadores. O Executivo, o próprio nome define, executam aquilo que a população quer que seja feita. Ela aprova, num primeiro momento, os chamados planos de Governo, que também são mutáveis, depois mantém as casas legislativas exatamente para que ali representem o pensamento da população e digam na suas leis orçamentárias: “nós queremos isso, queremos aquilo”. Por isso os orçamentos. É que, na verdade, nós exercitamos pouco as prerrogativas que temos. Então, no fundo, Executivo, Legislativo e demais instituições devem caminhar conjuntamente. Essa discussão aqui tem como casa primeira, inclusive eu penso, os parlamentos, porque eles representam a população, que é a grande beneficiária ou prejudicada do resultado que nós definimos.

Então, eu queria, para concluir, Secretário Yênes, com certeza não tinha dúvidas da participação do Governo do Estado. Agora, mais animado ainda, sugiro que nós estabeleçamos uma agenda com o Ministério das Cidades, porque isso já ficou mais ou menos definido esses dias - a Deputada Verinha Araújo pode nos ajudar nisso também - e que façamos uma rodada técnica, com prefeitos, com vereadores, com os técnicos e com os Deputados para unificar ao menos um norte, abrindo uma série de discussões nos municípios. É importante que ocorra ao menos uma discussão em cada um dos municípios envolvidos, para que possamos estabelecer um cronograma. Não, hoje,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

porque está prejudicado pela ausência dos Srs. Prefeitos. Mas que façamos uma proposta encaminhando-a, nos próximos dias, aos Prefeitos e Presidentes de Câmaras, e que esses comuniquem seus Vereadores, para que nós possamos fechar uma agenda e passar a cumpri-la num tempo determinado para não demorarmos muito. Como disse o Jéferson. “Nós estamos perdendo dinheiro”.

O Governo do Estado tem programas, inclusive, que ele mesmo pode consociar de maneira muito mais efetiva, dentro de uma situação dessa. Não estou só falando de Governo federal, não.

A Deputada Verinha Araújo sugere, e é plausível, que convidemos algumas regiões que dão certo para, se alguém quiser fazer um relato para nós, encurtarmos caminho. Tudo isso é válido. Aqui nós estamos para isso.

Eu não sei se alguém gostaria de fazer alguma consideração final. Consideração final é mais curto do que pronunciamento.

O SR. FRANCISCO VUOLO - Ilustre Deputado Carlos Brito, em nome do qual cumprimento todos da Mesa, Deputada Verinha Araújo, Secretário Yênes Magalhães, Jéferson Messias, Zito Adrien.

Como são considerações finais apenas, falarei rapidamente.

Em relação às planilhas, em Cuiabá, foi implantado o Fórum Metropolitano de Transportes. Esse fórum já conseguiu alguns avanços importantes e tem se reunido, às sextas-feiras, às 14:00 horas, na FIEMTEC.

Nesta sexta-feira agora o auditor da Prefeitura Luiz Mário fez o compromisso de abrir a planilha de custos do sistema de transporte municipal, inclusive explicando como são realizados os cálculos, o que é levado em consideração.

Então, quando Vossa Excelência colocou em relação à planilha, eu achei oportuna fazer essa observação. Aproveito a oportunidade para estender o convite, uma vez que somos Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Urbanismo na Câmara e participamos oficialmente do fórum.

Então, eu acho extremamente oportuno. As fronteiras são políticas. Quem coloca a fronteira política são os homens. Cabe a nós rompermos essas fronteiras, seja na cultura, no turismo, nas divisões, porque nessa Região Metropolitana - muito bem colocado pelo Deputado - essas fronteiras tem de ser rompidas. Um exemplos claros - aproveito aqui a oportunidade para parabenizar o Deputado Carlos Brito - foi a Praça das Bandeiras, onde o Legislativo apresentou uma lei, o Executivo abraçou e o resultado está lá, fantástico, de civismo, de cultura, de turismo, de integração dos Poderes e quem ganha é a comunidade.

Então, tenho certeza de que leis e ações como essa, Deputado, só fortalecerão nosso Estado, nossa região e farão com que cada vez mais o Estado de Mato Grosso se fortaleça. Parabéns a você, parabéns à Deputada Verinha Araújo, ao Governo do Estado aqui representado pelo Secretário Yênes Magalhães e pelo nosso amigo José Antônio Lemos, que é um batalhador incontestes dessa causa. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Obrigado pela presença de todos. E que possamos nos encontrar numa próxima vez.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.